



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	25. JAN. 1975
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

M.A.S!

PLANO ECONÓMICO PODERÁ PŌR FIM AOS LATIFÚNDIOS

...O secretário de Estado do Planeamento, dr. Vitor Constâncio, declarou ontem em Sesimbra, onde está reunida a equipa que dá os últimos retoques no Plano Económico de Emergência, que o problema dos latifúndios não é tratado naquele programa de desenvolvimento em termos tão radicais como previa um nosso colega da tarde, na sua edição de ontem. Contudo, deu a entender que o problema se insere nas linhas programáticas do Plano e que as alterações de fundo correspondentes, pensamos nós, a uma reforma agrária de facto terão de resultar de estudos profundos que competem ao Instituto de Reorganização Agrária (I.R.A.), organismo que sucedeu à Junta de Colonização Interna e que, afirmou Vitor Constâncio, «ainda não está apetrechado para tal».

Admite-se todavia, de várias fontes, que medidas parcelares mas em número significativo

de medidas sectoriais, de modo a sanear situações gravemente ofensivas da economia do País e da justiça social, quer recuperando compulsivamente para a produção herdades incultas ou subaproveitadas, quer restituindo aos seus legítimos donos terrenos públicos ocupados por empresas ou particulares latifundiários mercê de confusões legais, benesses políticas ou pagamento de rendas irrisórias a municípios corruptos no antigo regime. A cooperativização da agricultura, ao nível de certos latifúndios, é uma possibilidade real envolvendo trabalhadores agrícolas sem terra e pequenos agricultores. Parece-nos que o ir-se mais perto ou mais longe, neste campo, depende mais da capacidade de resposta das actuais estruturas governamentais, pois razões de intervenção não faltam. E existe uma real vontade e capacidade de iniciativa e trabalho da parte dos sectores populacionais ligados à agricultura que nunca tiveram terra para cultivar e agora podem, finalmente aproveitá-la a bem da comunidade.

O Plano Económico de Emergência incluirá, também normas importantes no que respeita ao sistema fiscal e à indústria básica, prevendo-se, em certos meios, a nacionalização de importantes sectores económicos — falando-se na indústria dos cimentos, do ferro, das reservas mineiras. Já no que respeita à banca privada, é possível que o Governo prefira, neste momento, verificar os resultados práticos dos importantes meios de controlo e intervenção de que já dispõe. Como noticiámos, a re-

dacção final do Plano Económico será feita este fim-de-semana. O ministro sem pasta Melo Antunes, que chefia a equipa interministerial autora do projecto, está desde ontem em Sesimbra, acompanhado pelos ministros Rui Vilar (Economia), Silva Lopes (Finanças), Vitor Constâncio (Pla-

neamento) e Maria de Lurdes Pintassilgo (Assuntos Sociais). Uma vez conseguida a redacção final do plano, após as alterações propostas pelos órgãos militares do M.F.A. e pelo Conselho de Ministros, o plano será rapidamente revisto pelo plenário governamental e

Continua na pág. 20



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	25. JAN. 1975
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

M.A.S. PLANO ECONÓMICO E OS LATIFÚNDIOS

Continuação da pág. 1

subirá ao Conselho de Estado, para aprovação, o que se espera aconteça ainda no decurso da próxima semana.

UMA SEMANA DECISIVA

O Conselho de Estado, que se reúne já na terça-feira, terá assim para apreciação quatro documentos de enorme importância na sua agenda: a Lei de Imprensa, os acordos da primeira luso-angolana, a Lei Sindical e o Plano Económico de Emergência. Todos eles resultam de uma actividade política intensa que atingiu o seu ponto máximo no decurso da semana

que hoje acaba e que foi marcada por um apaixonado debate político em volta do projecto de lei das associações sindicais, o qual chegou a ameaçar o equilíbrio da actual coligação de partidos no Governo. As consequências, de resto, ainda não estarão claras na sua totalidade. Mas é importante não esquecer a interdependência de alguns destes diplomas para o processo revolucionário em curso. Sobretudo o plano económico não pode separar-se da lei sindical: estamos numa fase de aceleradas transformações da nossa sociedade em que adopção de medidas de fundo, nos campos

político e económico, terão de ser acompanhadas por uma forte unidade e apoio das classes trabalhadoras. Não é por acaso que as forças políticas mais progressistas e o próprio M.F.A. tudo fazem para cimentar a aliança entre o povo e o Movimento. Estes são os elementos verdadeiramente revolucionários, a revolução em marcha não os pode dispensar. A unidade de cada um e a aliança de todos tem de defender-se a todo o custo. Como dizia um nosso colega de profissão, «a revolução é como uma bicicleta: se pára, cai».

Quem deseja a sua queda?
A. PEREIRA DA SILVA